



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

172
@

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0323945-8

ORIGEM: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: Estado de Pernambuco e Outro

Gilson Cavalcante Alves e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CFSd PM/BM, EDITAL DE 2006. IDADE MÁXIMA. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. **1.** O concurso público em foco foi deflagrado no ano de 2006, pela Portaria Conjunta SARE/SDS nº 045/2006, quando a idade máxima não se encontrava prevista em lei em sentido formal, de vez que a Lei nº 6.783/1974 remetia o estabelecimento das condições de ingresso aos regulamentos da Corporação. **2.** O Supremo Tribunal Federal assentou ser necessário que o estabelecimento de idade máxima em sede de concurso público transcenda à esfera administrativa para encontrar respaldo em lei formal. **3.** *In casu*, o requisito de idade máxima apenas passou a ser erigido em lei em sentido formal com a edição da LCE nº 108/2008, que é posterior à deflagração do certame em foco. **4.** Reexame necessário improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário de nº 0323945-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0323945-8

ORIGEM: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: Estado de Pernambuco e Outro

Gilson Cavalcante Alves e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** da sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital (fls. 128/128-v), que concedeu a segurança pleiteada nos autos do *mandamus* nº 0100945-32.2009.8.17.0001, ao entendimento de que o Decreto nº 24.485/2003 estabelece que a idade máxima para ingresso no curso de formação de soldados (edital de 2006) deve ser aferida no momento da inscrição, requisito preenchido pelos impetrantes que contavam 30 anos no ato da inscrição no certame.

Registro que, em sede de aclaratórios, o Juízo de primeiro grau afastou a arguição de decadência da via mandamental, ao entendimento de que o *dies a quo* do prazo decadencial é o ato de exclusão dos impetrantes do certame. (fls. 136/136-v).

Observo que os impetrantes retornaram ao certame por força da liminar deferida às fls. 39/40, liminar que restou mantida nos autos do agravo de instrumento nº 0188964-7.

O prazo para interposição de apelo transcorreu *in albis*. (fls. 153).

O Ministério Público opinou pelo improvimento do presente reexame necessário. (fls. 160/165).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 11 de abril de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

178
e

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0323945-8

ORIGEM: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: Estado de Pernambuco e Outro

Gilson Cavalcante Alves e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, o presente feito gira em torno do estabelecimento da idade máxima de 30 anos em sede do concurso público para ingresso no CFSd PM/BM, **edital de 2006**.

O concurso público em análise foi deflagrado no ano de 2006, pela Portaria Conjunta SARE/SDS nº 045/2006, quando a idade máxima não se encontrava prevista em lei em sentido formal, de vez que a Lei nº 6.783/1974 remetia o estabelecimento das condições de ingresso aos regulamentos da Corporação:

Art. 10 - O ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça ou de crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, observadas condições prescritas em lei e nos regulamentos da Corporação.

Art. 11 - Para a matrícula nos estabelecimentos de ensino policial-militar destinados à formação de Oficiais e Graduados, além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual, capacidade física e idoneidade moral, é necessário que o candidato não exerça, nem tenha exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

Verifico que apenas com a LCE nº 108/2008 dito limite passou a ser previsto em lei em sentido estrito:

Art. 31 - São requisitos particulares para o ingresso na Qualificação Bombeiro Militar Geral (QBMG):

I - ter concluído o ensino médio ou correspondente, em instituição de ensino reconhecida nos moldes da legislação federal; e

II - ter, no máximo, 28 (vinte e oito) anos de idade completos e, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos, no ato de ingresso na carreira de militar do Estado.

Parágrafo Único - A ordem hierárquica de colocação dos aprovados resultará da classificação final e geral do curso de formação respectivo.

Art. 32 - O aluno que concluir o Curso de Formação de Soldados, com aproveitamento, satisfeitos os demais requisitos previstos nesta Lei Complementar, será nomeado soldado e incluído como Praça da Qualificação Bombeiro Militar Geral.

O Supremo Tribunal Federal assentou, no ponto:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO AUTORIZADOR. AUSÊNCIA. ART. 321 DO RISTF. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE FIXADO EM EDITAL E DECRETO ESTADUAL: IMPOSSIBILIDADE. 1. A indicação correta do dispositivo constitucional autorizador do recurso extraordinário - artigo,

ReeNec 0323945-8





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

174
e

inciso e alínea - é requisito indispensável ao seu conhecimento, nos termos do art. 321 do RISTF e da pacífica jurisprudência do Tribunal. 2. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento de que a exigência de limite de idade em concurso público deve estar prevista em lei formal, não suprimindo esta exigência a previsão em edital ou Decreto Estadual. 3. Agravo regimental improvido. (AI 804624 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 28/09/2010, DJe-200 DIVULG 21-10-2010 PUBLIC 22-10-2010 EMENT VOL-02420-08 PP-01705). Destaquei.

Nessa ordem de idéias, afigura-se necessário que o elemento de discriminação em tela (a idade máxima) transcenda à esfera administrativa para encontrar respaldo em lei formal.

Nesse contexto, em que o requisito de idade máxima apenas passou a ser erigido em lei em sentido formal com a edição da LCE nº 108/2008, que é posterior à deflagração do certame em foco, **nego provimento ao reexame necessário.**

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator